



Editorial v.3 n.3 – 2025 - Liberdade acadêmica e seus desafios: uma responsabilidade compartilhada pela comunidade acadêmica

Carlos Fernando Collares ^{1,2,3,4,5}

ORCID: 0000-0003-0914-3430

1. Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
2. Faculdades Pequeno Príncipe, Curitiba, Paraná, Brasil.
3. Inspirali Educação, São Paulo, São Paulo, Brasil.
4. European Board of Medical Assessors, Cardiff, Reino Unido.
5. Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS). Escola de Medicina. Universidade do Minho, Braga, Portugal.

E-mail: cfcollares@ualg.pt

A liberdade acadêmica tem estado no coração do ensino superior por séculos, garantindo que as universidades permaneçam como espaços onde ideias podem ser exploradas livremente, testadas com rigor e compartilhadas de forma aberta. Trata-se de um princípio que protege a busca pela verdade e sustenta o papel da produção de conhecimento na vida democrática. No entanto, ao observarmos o cenário de 2025, torna-se evidente que esse princípio enfrenta desafios crescentes. Esses desafios não provêm de uma única fonte, nem sempre decorrem de hostilidade explícita à atividade acadêmica. Mais frequentemente, emergem da complexa interação entre debates políticos, pressões econômicas, considerações institucionais e das novas dinâmicas da comunicação digital. Reconhecer tais desafios — e trabalhar juntos para enfrentá-los de maneira construtiva — tornou-se uma responsabilidade de todos nós que atuamos no ensino e na pesquisa.

Em alguns contextos, debates políticos têm alcançado salas de aula e laboratórios. Leis e regulamentos sobre o que pode ou não ser ensinado ou pesquisado podem ser introduzidos com a intenção de refletir valores sociais, mas também podem gerar incertezas e desencorajar docentes a abordar determinados temas. Estudos já mostraram como restrições curriculares e sobre materiais de ensino podem moldar o comportamento acadêmico, levando, em alguns casos, à autocensura ou ao afastamento de áreas consideradas sensíveis (Briscoe & Jones, 2024). Embora seja legítimo que a sociedade espere das universidades accountability e relevância, também é essencial preservar a independência que permite ao conhecimento florescer. Sem isso, o ensino superior corre o risco de tornar-se reativo, em vez de exploratório, reduzindo sua capacidade de responder criativamente a problemas emergentes.

As forças econômicas exercem influência semelhante. A crescente importância do financiamento externo, em especial de parceiros corporativos, trouxe benefícios, mas também desafios. Muitos projetos de grande valor social não seriam possíveis sem tais parcerias. Ainda assim, há evidências de que incentivos financeiros significativos podem direcionar a agenda de pesquisas (Ramezani, 2024). Quando as prioridades de financiamento se concentram excessivamente em

resultados comerciais, corre-se o risco de que investigações fundamentais — cujo valor nem sempre é imediato — se tornem mais difíceis de sustentar. Cabe às universidades buscar o equilíbrio entre a colaboração com parceiros externos e a proteção da independência acadêmica, garantindo que o apoio financeiro não comprometa a diversidade de perguntas que os pesquisadores têm liberdade de formular.

Mesmo dentro das comunidades acadêmicas, surgem pressões que, de forma sutil, limitam a investigação. Por receio de riscos reputacionais, de sensibilidades estudantis ou sociais, ou ainda por segurança de carreira, alguns pesquisadores hesitam em abordar temas que possam atrair críticas. Esse fenômeno não é novo, mas estudos recentes destacam como ele continua a afetar a produção de conhecimento em diversas áreas (Clark et al., 2024). Quando tópicos relevantes, mas sensíveis, deixam de ser investigados, as lacunas no debate podem ser tão prejudiciais quanto restrições explícitas. Ao mesmo tempo, administradores — encarregados de proteger as instituições de riscos políticos, financeiros e reputacionais — às vezes adotam políticas que, inadvertidamente, estreitam a liberdade acadêmica. Essas políticas podem ser bem-intencionadas, mas reforçam a importância da governança transparente e da participação significativa do corpo docente nas decisões.

A era digital acrescentou outra camada de complexidade. As redes sociais ampliaram as oportunidades para que pesquisadores compartilhem seu trabalho com públicos diversos, mas também os expuseram a uma vigilância muito maior. Embora muitas discussões acadêmicas online sejam construtivas, outras podem rapidamente tornar-se hostis. Relatos de diferentes países mostram que o assédio virtual tem feito com que alguns estudiosos evitem participar do debate público, limitando sua disposição de oferecer perspectivas baseadas em evidências justamente no momento em que a sociedade mais necessita delas (Väliveronen & Saikkonen, 2021). Esse fenômeno não é exclusivo da academia, mas suas implicações são significativas: o recuo da esfera pública enfraquece o papel do conhecimento científico no fortalecimento do discurso democrático.

Somados, esses fatores não significam necessariamente o declínio da liberdade acadêmica, mas ilustram sua vulnerabilidade. Cada momento de hesitação, cada política de excesso de cautela, cada deslocamento de prioridades para objetivos mais estreitos pode, ao longo do tempo, corroer a independência que há tanto tempo define o ensino superior. O resultado não é um colapso repentino, mas um estreitamento gradual de possibilidades — um “efeito de esfriamento” que torna tanto o ensino quanto a pesquisa menos ousados, menos responsivos e, em última instância, menos impactantes.

A boa notícia é que existem caminhos construtivos. Muitas instituições trabalham ativamente para reforçar as condições que tornam a liberdade acadêmica possível. A governança compartilhada, em que docentes têm papel claro nas decisões sobre currículo e políticas de pesquisa, é uma

salvaguarda importante. A divulgação transparente de fontes de financiamento e de potenciais conflitos de interesse ajuda a sustentar a confiança tanto dentro da academia quanto junto à sociedade. Associações profissionais e redes acadêmicas oferecem espaços de apoio mútuo, especialmente quando indivíduos se sentem vulneráveis. E, cada vez mais, universidades têm adotado políticas para enfrentar o assédio digital, reconhecendo que a segurança online tornou-se parte da proteção à independência intelectual.

Essas medidas ressaltam um ponto fundamental: a liberdade acadêmica não é simplesmente um privilégio concedido aos estudiosos; é uma responsabilidade compartilhada. Ela existe para garantir que a pesquisa e o ensino possam servir plenamente à sociedade — ao levantar questões difíceis, testar pressupostos e preparar estudantes para pensar de forma crítica. Quando a liberdade acadêmica é forte, beneficia não apenas pesquisadores, mas também comunidades, formuladores de políticas e cidadãos que dependem das universidades como fonte de conhecimento independente e baseado em evidências.

Essa perspectiva mais ampla é essencial para fortalecer a defesa da liberdade acadêmica junto à sociedade. Ela não deve ser apresentada como uma preocupação interna exclusiva da academia, mas como um princípio que apoia diretamente o bem público. Restrições à investigação reduzem a qualidade da produção científica que informa políticas, limitam a diversidade de perspectivas no debate público e enfraquecem o papel da universidade como fonte confiável de análise independente. Ao articular claramente essa conexão, acadêmicos e instituições podem construir apoio social mais robusto à proteção da independência no ensino e na pesquisa.

Na CERES – Health & Education Medical Journal, estamos atentos a esses desafios e comprometidos em contribuir positivamente para essa responsabilidade compartilhada. Afirmamos que o trabalho de estudiosos deve ser avaliado pelo rigor de seus métodos e pela clareza de suas contribuições, e não por pressões externas ou tendências políticas. Valorizamos a investigação aberta e acolhemos perspectivas diversas, desde que atendam aos padrões de qualidade e respeito. Acreditamos que a liberdade acadêmica, abordada com responsabilidade e compreensão mútua, é essencial para o avanço do conhecimento em saúde e educação e para a preparação das futuras gerações diante dos desafios que virão.

Como editores, autores, revisores e leitores, todos temos um papel na sustentação desse ambiente. Nossos esforços coletivos podem garantir que a liberdade acadêmica permaneça não apenas como um princípio defendido em momentos de crise, mas como uma prática cotidiana a ser cultivada. Assim, fortalecemos os alicerces da produção científica e renovamos a confiança depositada no ensino superior como um pilar da vida democrática e profissional.

REFERÊNCIAS

Briscoe KL, Jones V. “The House Is on Fire”: A critical analysis of anti-CRT bans and faculty experiences. *Education Sciences*. 2024;14(4):360. doi:10.3390/educsci14040360

Ramezani SG. The hybrid model of academic capitalism in Iranian higher education: A complex interplay of neoliberal and state-controlled practices. *Higher Education Policy*. 2024. doi:10.1057/s41307-024-00364-1

Väliverronen E, Saikkonen S. Science communicators intimidated: Researchers’ freedom of expression and the rise of authoritarian populism. *Journal of Science Communication*. 2021;20(4):A08. doi:10.22323/2.20040208